



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638486 - PB (2021/0000412-9)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
IMPETRANTE : JOALLYSON GUEDES RESENDE E OUTROS
ADVOGADOS : JOALLYSON GUEDES RESENDE - PB016427
THIAGO BEZERRA DE MELO - PB023782
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : HERCULES FERREIRA DE SOUSA (PRESO)
OUTRO NOME : HERCULES FERREIRA DE SOUZA (PRESO)
CORRÉU : GILVAN SALES DE MELO
CORRÉU : LINDINALDO DOS SANTOS LIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HERCULES FERREIRA DE SOUSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (Processo n. 0003652-88.2013.8.15.2002).

O paciente encontra-se preso preventivamente, desde 23/9/2016, pelo cometimento, em tese, dos crimes tipificados nos arts. 33, *caput*, 35, *caput*, c/c o art. 40, IV, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta excesso de prazo para julgamento da apelação, porquanto o paciente encontra-se preso desde 23/9/2016.

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva, até decisão final transitada em julgado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Registre-se que apreciação do excesso de prazo para a manifestação da instância de origem demanda cuidadoso exame dos autos, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão provisória, mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal, o que não é compatível com este exame liminar.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente